

A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL COMO FACILITADORA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

MUNICIPAL ADMINISTRATION AS A FACILITATOR OF ECONOMIC AND SOCIAL DEVELOPMENT

Dalva Ferreira Reis MILHOMEM¹, Rubens Martins da SILVA²,
Clarissa de Sousa Oliveira McCOY³

1 Bacharel em Administração, com gestão em meio ambiente e recursos naturais. Secretária acadêmica da Unitins.
E-mail: reis.milhomem@gmail.com.

2 Doutor em Letras: Ensino de Língua e Literatura (UFT/2019). Professor efetivo da Universidade Estadual do Tocantins desde 2016. E-mail: rubensliteratura@gmail.com.

3 Professora da Universidade Estadual do Tocantins e Pesquisadora associada do UCD Humanities Institute-Irlanda. Doutora em Linguística pela University College Dublin-UCD (2017). E-mail: clarissa.so@unitins.br.

RESUMO: A gestão pública municipal tem o papel de promover práticas administrativas que subsidiem o desenvolvimento econômico e social. Nesse sentido, o objetivo deste artigo consiste em discutir o modo como a administração pública deve centrar suas ações a favor da dimensão humana, tendo como ênfase a diversidade ambiental, social, cultural e a incorporação de condições de sustentabilidade do bem-estar social. O processo metodológico contemplou a realização de revisão sistemática mediante a análise de artigos que abordaram aspectos de gerenciamento da administração pública. A base teórica fundamentou-se, principalmente, nos estudos de Chiavenato (2012) e autores dos artigos que formaram o *corpus* dessa investigação. À guisa conclusiva, o estudo favoreceu a percepção de que o contexto administrativo da gestão pública apresenta uma relevante contribuição para o desenvolvimento econômico e social.

Palavras-chave: Gestão Pública. Planejamento. Desenvolvimento Social.

ABSTRACT: Municipal public management has the role of promoting administrative practices that support economic and social development. In this sense, the aim of this paper is to discuss how the

public administration should focus its actions in favor of the human dimension, with an emphasis on environmental, social, cultural diversity and the incorporation of sustainable conditions for social well-being. The methodology included conducting a systematic review through the analysis of published papers that addressed aspects of public administration management. The theoretical basis was mainly supported by the studies of Chiavenato (2012) and the authors of the articles which formed the corpus of this investigation. Results showed, a favored perception that the administrative context of public management makes a relevant contribution to economic and social development.

Keywords: Public management. Planning. Social development.

1. INTRODUÇÃO

É sabido que a gestão pública dos municípios tem relevante contribuição na organização política e administrativa. Nesse contexto, a administração pública é responsável pela adoção de ações que possibilitem a tomada de ações a favor do incentivo e do bem-estar social.

Os municípios brasileiros são marcados pelo democrático processo da gestão pública. A cada quatro anos são eleitos gestores públicos que assumem o papel de administrar os recursos públicos a favor de suas respectivas comunidades, e extensão às demais. Nesse sentido, os administradores públicos devem assumir posturas governamentais que denotem transparência na aplicação dos recursos, principalmente no que diz respeito ao bem-estar da população, ou seja, ao investimento de recursos centrados na valorização dos cidadãos.

De modo específico, este artigo está fundamentado em uma pesquisa que explorou um conjunto de investigações a respeito da

administração pública municipal em algumas cidades do Brasil. Por isso, o foco de sua tessitura revela o modo como o desenvolvimento econômico e social traz melhores benefícios à população, pois ao final ele representa um dos pilares da organização pública.

Estruturalmente, este texto está acentuado em dois aspectos. No primeiro aspecto, os fundamentos metodológicos são discutidos com base na revisão sistemática de literatura. Isso significa que o estudo resultou da pesquisa e da seleção de materiais relacionados ao tema discutido: a administração pública e sua relação com o desenvolvimento econômico e social. No segundo aspecto, as discussões contemplam a apresentação dos artigos selecionados, conforme consta no Quadro 1, e a posterior análise de cada um deles.

O contexto da gestão pública denota a percepção de ações organizadas em princípios devidamente regulamentados. Isso significa, segundo aponta Lacombe e Heilborn (2003), que a estrutura pública demanda a organização de sua atuação a favor da comunidade. Vejamos o modo

como estes pesquisadores discutem a organização pública, seja na área pública ou na privada:

A gestão pública, em sua conceituação tradicional é definida como um conjunto de princípios e normas que tem por objetivo planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar os esforços de um grupo de indivíduos que se associam para atingir um resultado comum (LACOMBE E HEILBORN, 2003, p. 8).

O resultado comum apontado por Lacombe e Heilborn (2003) sugere que a administração pública deve ter o foco de atendimento equitativo a todos os cidadãos, ou seja, os serviços públicos devem ser realizados de maneira a oportunizar desenvolvimento econômico e social.

Diante do exposto, este artigo tece uma discussão atrelada à sustentabilidade social, pois o esperado da gestão pública converge para a percepção de ações que estejam sendo executadas a favor da sociedade. Mas será que isso ocorre com a respectiva transparência? Sem a perspectiva de respostas pontuais, a leitura dos itens deste artigo sugere encaminhamentos administrativos centrados no bem-estar social.

2. METODOLOGIA

Este artigo congrega a realização de uma pesquisa de revisão sistemática de literatura. Para tanto, os fundamentos teóricos pesquisados estão centrados nos pressupostos de Santos e Parra Filho (2012, p. 83) ao definirem que “o trabalho com informações já escritas em livros, jornais revista, entre outros” são fundamentais porque

revelam as relações temáticas pesquisadas dentro de um mesmo eixo.

A revisão sistemática realizada transcorreu por meio da busca de artigos científicos disponíveis na plataforma Periódicos CAPES. Foram utilizadas as seguintes palavras-chave: (i) administração pública, (ii) desenvolvimento econômico e social, (iii) administração pública municipal.

Especificamente, as palavras pesquisadas estão relacionadas com o título dos respectivos artigos. Por conseguinte, a busca por esses artigos utilizou o recorte temporal de 2011 a 2016. Nesse contexto, foram pesquisados cerca de 38 artigos. Por conseguinte, os critérios de inclusão contemplaram artigos abordando a especificidade da administração pública municipal envolvendo situações de políticas centradas no desenvolvimento econômico e social. Do mesmo modo, os critérios de exclusão contemplaram artigos que constavam palavras-chave sobre a administração pública, mas que não aprofundavam a questão do desenvolvimento econômico e social. Nesse contexto, foram selecionados 05 artigos em razão de suas abordagens contemplarem os itens anteriormente descritos. Sobremodo, estes artigos foram escritos em língua portuguesa.

3. RESULTADO E DISCUSSÃO

A escolha de um material de estudo representa a percepção do pesquisador diante do contexto de sua investigação. Nesse sentido, os textos que darão base à discussão temática deste artigo potencializam a percepção de indicadores a favor de diversos resultados. Nesse foco, os artigos selecionados, conforme os critérios apresentados na metodologia de estudo sistemático, foram organizados no quadro abaixo:

Quadro 1 – Artigos científicos selecionados sob o critério da revisão sistemática.

Autor	Tema	Objetivo	Metodologia	Ano
LAGARES, Rosilene.	Arranjos para os municípios no campo das políticas públicas e gestão educacional	Mapear/descrever as mudanças quanto à atuação dos Municípios na definição de políticas públicas e na gestão da educação em seus territórios	Revisão bibliográfica	2014
MENDONÇA, Maria Lírida Calou de Araújo; HOLANDA, Marcus Mauricius	A Administração Pública Municipal como Fomentadora do Desenvolvimento Social e Econômico	Almeja, portanto, por intermédio de uma metodologia objetiva, com uma análise de posicionamentos doutrinários e legais, demonstrar como a responsabilidade administrativa do município é condizente com os objetivos constitucionais social	Revisão de literatura	2016
ARAÚJO, Priscila Gomes de; PEREIRA, José Roberto	Análise da aplicabilidade do modelo gerencial na administração municipal	Identificar e analisar as razões pelas quais a administração de um município do estado de Minas Gerais não adotou, integralmente, o modelo gerencial	Revisão de literatura e abordagem metodológica	2012
ROCHA, Carlos Vasconcelos	Gestão pública municipal e participação democrática no Brasil	Participação democrática em administrações municipais do estado de Minas Gerais, quais sejam: os Conselhos Gestores de Saúde, nos municípios de Bom Despacho e Lagoa da Prata, e os Centros de Encontro e Integração de Ações (CEIA), no município de Betim	Revisão de literatura, ponderações críticas e estudo de caso.	2011
VIEIRA, Júlio César Cristoffer	A administração pública como facilitadora do desenvolvimento social e econômico	Pretende-se apresentar a Administração Pública como facilitadora do desenvolvimento social e econômico de uma comunidade abrangida e indefinida em razão do princípio universal da Gestão Pública	Revisão de literatura	2014

Fonte: Elaborado pelos autores.

Conforme consta na metodologia, os artigos aqui mencionados foram tomados como objeto de análise porque suas discussões referenciam avançadas notoriedades dos serviços de gestão da administração pública municipal, principalmente no que diz respeito ao uso dos recursos centrados

nas perspectivas de desenvolvimento econômico e social.

No artigo intitulado *A Administração Pública Municipal como Fomentadora do Desenvolvimento Social e Econômico*, os autores Mendonça e Holanda (2016) explicam que a

legitimação da autonomia municipal como instrumento para a promoção do crescimento socioeconômico cria meios de fortalecer a democracia e os valores do sistema democrático.

Conforme Mendonça e Holanda (2016), a administração pública representa o conjunto de políticas que devem ser instituídas como garantias individuais e o mercado. Nesse contexto, há o desafio de se estabelecer o equilíbrio administrativo em prol do desenvolvimento social. Consequentemente, a atuação municipal diante dos aspectos econômicos se dá de diversas formas, incluindo-se as denominadas formas diretas que apresentam ampla relação com as finalidades econômicas e sociais.

No atual cenário econômico, a administração pública municipal tem a finalidade de executar atos centrados no fortalecimento de estratégias capazes de subsidiar os pressupostos do crescimento econômico, social e de superação das desigualdades sociais. Afinal, os recursos públicos devem ter sempre por finalidade o atendimento da sociedade, pois se trata de recursos que darão subsídios para a correção das distorções sociais, bem como a superação de situações de pobreza. A respeito disso, vejamos os apontamentos de Paes de Barros (2000):

É imperativo reduzir a desigualdade tanto por razões morais, como por motivações relativas à implementação de políticas eficazes para erradicar a pobreza. A tradição brasileira, contudo, tem reforçado a via única do crescimento econômico, sem gerar, como vimos, resultados satisfatórios no que diz respeito à redução da pobreza. É óbvio que

reconhecemos a importância crucial de estimular políticas de crescimento para alimentar a dinâmica econômica e social do país. No entanto, para erradicar a pobreza no Brasil é necessário definir uma estratégia que confira prioridade à redução da desigualdade (PAES DE BARROS, 2000, p. 141).

Fundamentalmente, e conforme apontam Mendonça e Holanda (2016), os municípios são responsáveis pelo sucesso da administração pública porque seus indicadores interferem nos resultados das atividades econômicas, além de fomentar a criação de condições para o crescimento econômico e a ampliação dos aspectos sociais. Nesse contexto, os atos executados pelos municípios possibilitam a criação de “políticas públicas fomentando o impulso e a execução de atividades em prol da economia e da captação de benefícios, da oferta de empregos e da ampliação de investimentos” (MENDONÇA; HOLANDA, 2016, p. 7).

Nos estudos realizados por Araújo e Pereira (2012) os pressupostos da administração pública sofreram inovações perante o enfrentamento e a filiação a duas importantes correntes: o pensamento neoliberal e a teoria da escolha pública. Para os autores, estes estudos serviram de base para o início e a expansão do movimento da nova administração pública. Isso denota que as relações administrativas, considerando-se os efeitos da escolha pública, devem aplicados para “explicar temas políticos tais como: a teoria do Estado, as regras eleitorais, o comportamento dos eleitores, os partidos políticos e a burocracia” (ARAÚJO; PEREIRA, 2012, p. 9).

Na amplitude dos aspectos do pensamento neoliberal e conforme a teoria da escolha pública, os mecanismos da administração pública apresentavam perspectivas inovadoras a favor da adoção de formas eficazes para as questões administrativas governamentais. Em relação a isso, o trabalho investigativo realizado por Lagares (2014), esclarece que a ideologia neoliberal foi constituída com a finalidade de conquistar espaços políticos, bem como para imprimir diretrizes mais dinâmicas a favor dos atos administrativos de governo. Um desses principais atos está associado a elementos educacionais e administrativos. Vejamos:

A maior atuação municipal, não apenas no campo da educação, passa a ser defendida em enfoques diferentes e sobre bases ideológicas distintas, ou como princípio democrático ou como princípio de engenharia administrativa, objetivando a construção da eficiência na prestação do setor público (LAGARES, 2014, p. 97).

Ainda a respeito dos fatores da política neoliberal e da teoria da escolha pública, os pressupostos apontados por Pires (1999, pp. 152-153) acentuam que esses pressupostos foram alinhavados com a perspectiva de solidificar a administração pública. Vejamos seus apontamentos:

A idéia de descentralização é hoje lugar comum tanto em uma agenda neoliberal quanto em uma agenda histórica identificada com a social

democracia, uma agenda reformista e, ambas aquelas são simétricas dentro de uma tradição neoliberal. A idéia da descentralização, da devolução de funções e competências a entes subnacionais, equivale a uma estratégia maior de retirada de parcela do poder do governo central. Este é o *Leimotiv* da idéia da descentralização. Da mesma forma, dentro de uma agenda social democrática, histórica, a idéia de descentralização é inteiramente diversa: àquelas que propugnam pela descentralização e pela autonomia local em última instância, estão postulando a democratização da gestão e a ampliação do controle social. Na perspectiva da teoria econômica, o contraponto é o mercado como mecanismo locativo; sob a ótica da democratização da gestão e participação do cidadão tem o primado. Neste sentido, deve-se acreditar que, à luz dos paradigmas do Estado Democrático de Direito, na perspectiva da construção do Estado Constitucional, novo tratamento há de ser dado ao poder local, projetando-lhe força proativa da mudança do próprio estado na relação com a sociedade (PIRES, 1999, pp. 152-153).

De modo geral, a ideologia neoliberal e a teoria da escolha pública, segundo esclarece Lagares (1998, p. 168), são “fundamentos necessários para se analisar todas as determinações políticas, econômicas e sociais,

a fim de compreender as possibilidades e os limites de uma descentralização democrática”. Nesse foco, a administração pública municipal tem o papel de descentralizar a aplicação de seus recursos para que o processo de gerenciamento ocorra de maneira equânime e com possibilidades de atendimento ao eixo social.

No artigo científico de Rocha (2011) os aspectos da democratização política no Brasil foram caracterizados pela notável capacidade de mobilização de diversos setores da sociedade civil. Estes buscavam ampliação dos direitos de participação na política, de descentralização democrática e de exigências na eficiência da gestão pública.

Segundo esclarece Tatagiba (2002, p. 54), os “conselhos gestores de políticas públicas são espaços públicos de composição plural e paritária entre Estado e sociedade civil, cuja função é formular e controlar a execução das políticas públicas setoriais”. É, portanto, com base na aproximação da administração pública municipal com a sociedade que os efeitos de aplicação dos recursos serão identificados de maneira adequada.

Na abordagem científica de Vieira (2014), a questão da administração pública é praticada quando os gestores públicos utilizam recursos a favor de uma variedade de fins, sobretudo, os que estejam de acordo aos anseios da sociedade.

Conforme apontam Megginson, Mosley, Pietri Jr (2000, p. 7) a administração pública “pode ser definida como trabalho com recursos humanos, financeiros e materiais, para alcançar objetivos organizacionais através do desempenho das funções planejar, organizar, liderar e controlar”. Esse foco denota, segundo Maximiano (2000, p. 26), que a administração da gestão pública é

“um processo de tomar decisões e realizar ações que compreende quatro processos principais interligados: planejamento, organização, execução e controle”. Nesse foco, as políticas da administração pública demandam a tomada de decisões e a aplicação de recursos sob o critério da transparência. Afinal, é somente quando esse processo de efetiva que os municípios conquistam ordenamento econômico e social.

Ainda sobre os aspectos administrativos municipais, Chiavenato (2012) defende:

A determinação dos objetivos e a decisão de recursos e tarefas para alcançá-los; divisão do trabalho; atuação sobre as pessoas; e monitoramento e avaliação das atividades desenvolvidas, pois em conjunto, as pessoas que estão interligadas às outras pelas conseqüências de suas ações direta ou indiretamente (CHIAVENATO, 2012, p. 388).

Em aspectos conclusivos, Vieira (2014) abordou em sua pesquisa que a administração pública apresenta aspectos de grande impacto econômico e social porque exerce a função de subsidiar elementos indispensáveis aos anseios da sociedade, ou de modo restrito, ao atendimento das comunidades de seus respectivos municípios. Nesse foco, a administração pública municipal facilita o desenvolvimento econômico e social porque seus atos convergem, indiscutivelmente, para a adoção de medidas públicas centradas em objetivos adequados para determinados fins e extremamente úteis para se alcançar objetivos acima dos já instituídos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos principais focos da administração públicadizrespeitoaocontextododesenvolvimento econômico e social dos municípios. Isso significa que a qualidade dos serviços públicos subsidia o equilíbrio de suas estruturas sociais, o que corresponde à sustentabilidade do bem-estar, juntamente com a superação de condições de pobreza ou de ausência de políticas públicas que devem ser prestadas aos cidadãos de cada município.

Os artigos analisados evidenciaram que a administração pública subsidia o princípio dos investimentos em diversos contextos. Há, por exemplo, a percepção de que ela fornece fundamentos para: (i) a ampliação dos

investimentos na área educacional; (ii) o fomento do desenvolvimento social e econômico; (iii) a adoção de um modelo capaz de alavancar o gerenciamento municipal; (iv) a ampliação dos espaços de participação democrática; (v) a facilitação e a expansão do desenvolvimento econômico e social.

Diante do exposto, e observando o contexto conclusivo da análise realizada, as abordagens constitutivas deste artigo sugerem a percepção de que a administração pública apresenta caráter de sustentabilidade quando os recursos públicos são aplicados no atendimento dos direitos e deveres dos cidadãos em seus respectivos municípios. Isso significa que todos os cidadãos poderão vivenciar avanços econômicos e sociais quando os gestores públicos exercerem suas administrações de maneira legítima e equitativa.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, P. G.; PEREIRA, J. R. **Análise da aplicabilidade do modelo gerencial na administração municipal**. In: Rev. Adm. Pública - Rio de Janeiro 46(5): 1179-199, set./out. 2012. disponível em: <file:///C:/Users/Aluno/Downloads/7135-13609-1-PB.pdf>. Acesso em: 30 set. 2019.

LAGARES, R. **Arranjos para os Municípios no campo das políticas públicas e gestão educacional**. In: DESAFIOS: Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins - V. 1, n.01, p. 95-114, jul/dez. 2014. Disponível em: < file:///C:/Users/Aluno/Downloads/923-Texto%20do%20artigo-8435-2-10-20160229.pdf >. Acesso em 15 out. 2019.

LACOMBE, F. J. M.; HEILBORN, G.L.J. **Administração princípios e tendências**. São Paulo: Saraiva, 2003.

MEGGINSON, L. C.; MOSLEY, D. C.; PIETRI JR.; **Administração: conceitos e aplicações**. São Paulo: Harbra, 2000.

MENDONÇA, M. L. C. de A.; HOLANDA, M. M. **A Administração Pública Municipal como Fomentadora do Desenvolvimento Social e Econômico**. In: Sequencia (Florianópolis), n. 74, p.207-232, dez. 2016. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/seq/n74/0101-9562-seq-74-00207.pdf >. Acesso em 10 set. 2019.

ROCHA, C. V. **Gestão pública municipal e participação democrática no Brasil**. In: Rev.

Social., Curitiba, v. 19, n. 38, p. 171-185, fe. 2011. disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v19n38/v19n38a11.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2019.

TATAGIBA, L. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO. E. (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo:

Paz e Terra, 2002. p. 47-103.

VIEIRA, J. C. C.; JÚNIOR FERREIRA, A. B.; TEIXEIRA, J. M. B. **A administração pública como facilitadora do desenvolvimento social e econômico**. In: Caderno Gestão Pública, vol. 4, nº 3, jul/dez, 2014. Disponível em: <<https://www.uninter.com/revistaorganizacao>>.